

RESOLUÇÃO 01/2023

Cajamar, 28 de março de 2023

Ordena os critérios para a concessão ou renovação de registro de Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, no âmbito do Município de Cajamar/SP, para entidades governamentais e não governamentais que serão fiscalizadas pelo Conselho Municipal do Idoso-CMI.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI, Município de Cajamar, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.191, de 22 de dezembro de 2005,

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.608 de 12 de abril de 2012, que homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que institui a Política Nacional do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO, mais especificamente, o parágrafo único, do art. 48, da legislação supramencionada,

RESOLVE:

Art. 1º. Delimitar critérios para a concessão ou renovação de registro para Instituição de Longa Permanência com ou sem fins lucrativos, no Conselho Municipal do Idoso – CMI.

DOS CRITÉRIOS:

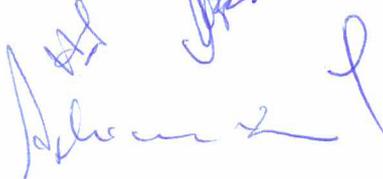
Art. 2º. Poderão pleitear o registro ou renovação do mesmo, as instituições que promovam ações no campo da política de atendimento à pessoa idosa, conforme estabelecido no art. 47, Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003– Estatuto do Idoso.

Art. 3º. Somente será registrado ou renovado o registro de instituições que estejam regularmente constituídas.

Art. 4º. O serviço a ser oferecido deve contemplar atendimento digno, prezando pelo cumprimento das obrigações legais vigentes, bem como, as diretrizes estabelecidas especificamente nos arts. 37, 49 e 50, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003– Estatuto do Idoso.


Clarice Sarinho


Ana Laura de Almeida


Ilma de Almeida

Lei nº. 1.191, de 22 de dezembro de 2005.

DA DOCUMENTAÇÃO:

Art. 5º. Será necessária para a concessão ou renovação de registro das instituições de longa permanência para idosos – ILPIs, a seguinte documentação:

I – Ofício em papel timbrado da instituição solicitando registro/renovação do mesmo e/ou e-mail para o endereço: cmi@cajamar.sp.gov.br, declarando estar em consonância com a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003– Estatuto do Idoso (Título IV, Cap. I, II e III), contendo assinatura do representante legal e carimbo com CNPJ;

II – CNPJ atualizado da matriz e filiais, se houver;

III – Contrato Social atualizado (cópia simples);

IV – Plano de Trabalho detalhado em concordância com a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso (Título IV, Cap. II), compreendendo fundamentalmente:

- a) Recursos Humanos: nome, função, formação, período e tempo na instituição;
- b) Parcerias de palestras instrutivas para residentes e/ou funcionários, se houver;
- c) Em caso de utilização de câmeras em áreas privativas, como dormitórios, anexar instrumento de formalização de uso das imagens, se houver;
- d) Resumo dos cuidados à saúde da pessoa idosa (ex: aferição de sinais vitais, horário de banhos, medicações, cuidados médicos, dentre outros);
- e) Frequência de quedas/mês e óbitos/ano.

V – Plano de Atividades detalhado, descrevendo as atividades realizadas com a Pessoa Idosa em concordância com a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso (Título IV, Cap. II; Título II, Cap. VIII), compreendendo fundamentalmente:

- a) Ações específicas (ex: roda de leitura, roda de conversa, colagens e oficinas diversas) ocupacionais, de cidadania, religiosas e de lazer;
- b) Atividades externas, se houver;
- c) Parcerias de voluntariado;

VI – Cópia do último relatório de fiscalização e Cadastro na Vigilância Sanitária;

VII – Cópia do Auto de Licença de Funcionamento para Atividade (alvará expedido pela PMC);

VIII – Cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) atualizado;

Cláudia Sampaio

Lei nº. 1.191, de 22 de dezembro de 2005.

IX – Modelo de contrato de prestação de serviços celebrado com a pessoa idosa, se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato;

X – Registro vigente do Responsável Técnico do local (cópia simples).

Art. 6º. O CMI poderá eventualmente solicitar outros documentos para análise e deliberação final.

DA VIGÊNCIA:

Art. 7º. O prazo de vigência do certificado de registro ou renovação no CMI será de 02 anos para instituições que possuam Auto de Licença de Funcionamento expedido, em conformidade com a Art. 5º, inciso VII, desta normativa.

Art. 8º. O pedido de renovação de registro deverá ser requerido junto ao CMI com o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência do registro em curso.

DO PROTOCOLO:

Art. 9º. Para fins de celeridade do processo de concessão, somente receberá protocolo do CMI a instituição que apresentar a relação completa de documentos, em data de entrega que deverá ser previamente agendada.

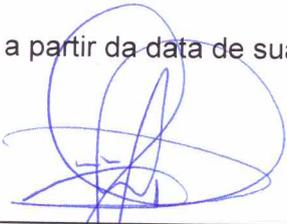
Art. 10º. Os casos não contemplado nessa resolução serão analisados, excepcionalmente, pelo CMI.

Art. 11º. Considerar-se-á prorrogado, o registro das instituições que tenham protocolado, junto ao CMI, os pedidos de renovação antes da data de vencimento emitida no certificado.

§1º. A prorrogação de que trata o caput deste artigo, terá vigência até a data de publicação em Diário Oficial da cidade da efetiva renovação.

§2º. O período de vigência da renovação iniciar-se-á a partir da data de publicação, desde que atendidas às exigências legais pertinentes.

Art. 12º. Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.



DIONES FERREIRA DA SILVA

Presidente do CMI

Ana Laura de Almeida